System Capacity Grant Annual Progress Report Template

Status: Accepted

Country	Grant ID	Grant Agent	Grant Effectiveness/Start Date
Mozambique	GPE0016498	SCG	09/01/2024

Grant Amount	Timeframe Examined in this Report		Date of Report Submission
3,050,541 (EUR)	**From Date**	**To Date**	02/24/2026
	08/31/2024	08/31/2025	

Area(s) and activity group(s) covered by grant

Window 1: Strengthen gender-responsive planning and policy development for system-wide impact

- System diagnostics, compact development and education sector analyses
- Gender-responsive sector planning, including operational planning and budgeting
- Supporting policies and plans to identify and address multiple forms of exclusion (planning for children with disabilities, system resilience and inclusion of displaced children)
- Strengthening evidence-based diagnosis of critical implementation bottlenecks and identifying potentially scalable, transformative solutions

Window 2: Mobilize coordinated action and financing to enable transformative change

- Strengthening sector coordination, including local education groups, joint sector reviews and monitoring the effectiveness of the country-level partnership
- Establishing and operating pooled funding mechanisms
- Strengthening budget processes and ministry of finance engagement; identifying opportunities to improve the equity and efficiency of education expenditure, including processes toward gender equality
- Cross-sectoral convening

Window 3: Strengthen capacity, adapt, and learn, to implement and drive results at scale

- Strengthening data systems, including on improving the availability and use of sex-disaggregated data, and data on children with disabilities
- Training and support for government staff and central and decentralized levels, including on the uptake and use of data and evidence
- Support for implementation capacity, including sector plan implementation monitoring, gender responsiveness of the sector and evaluation of sector plans and policies/programs in priority areas; assess monitoring, evaluation and learning capacity, including use of evidence in policy process

Implementation Progress

Overall Project Progress this Reporting Period

Overall progress this reporting period [1]	Previous Rating
Moderately Satisfactory (MS)	NA

Detailed Description including factors that lead to an upgrade/downgrade in the rating

Durante o primeiro ano de implementação do SCG, o desempenho global da subvenção pode ser caracterizado como moderadamente satisfatório, reflectindo progressos sólidos na construção de bases estratégicas, analíticas e institucionais, uma gestão eficaz da subvenção num contexto complexo, e uma abordagem deliberada de sequenciação das reformas, acompanhadas, contudo, por uma execução

financeira mais lenta do que o inicialmente previsto devido a atrasos na preparação e lançamento de várias actividades de elevado valor orçamental.

Do ponto de vista da gestão e implementação, o Agente de Subvenção e o MEC demonstraram uma condução sólida da subvenção num contexto operacional desafiante. Conforme descrito no Anexo 1 – Factores que afectaram a implementação no Ano 1 (PT), a implementação ao longo do período em análise foi afectada por uma combinação de factores externos e institucionais, incluindo a instabilidade pós-eleitoral, a reorganização ministerial, mudanças na liderança e prioridades concorrentes associadas a reformas sistémicas de maior escala. Perante este contexto, a equipa adoptou uma abordagem de gestão pragmática e adaptativa, privilegiando a apropriação institucional, a robustez técnica e o alinhamento com reformas mais amplas do sector, em detrimento de uma execução acelerada. Esta ab ordagem reflecte-se claramente na forma como as actividades foram sequenciadas ao longo das três janelas e sustenta a classificação de moderadamente satisfatório atribuída à componente de gestão.

Em termos substantivos, a subvenção registou progressos relevantes em relação aos seus objectivos estratégicos, em particular no reforço das bases analíticas e de formulação de políticas necessárias para reformas de alcance sistémico. No âmbito da Janela 1, o MEC e o Agente de Subvenção avançaram com reformas de políticas associadas aos activadores do STG, através da elaboração de um roteiro estruturado de reformas e da mobilização de apoio técnico direccionado nas áreas da alocação equitativa do ADE e da gestão estratégica do corpo docente, envolvendo sua alocação, distribuição e retenção. O desenvolvimento e teste de um modelo algorítmico de alocação do ADE, incorporando um índice multidimensional de vulnerabilidade ao nível da escola (IVE) com indicadores sensíveis ao género, bem como a produção de nova evidência sobre padrões de mobilidade docente, constituem avanços concretos que posicionam o sector para o desbloqueio do financiamento baseado em activadores do STG. Em paralelo, os trabalhos preparatórios para uma análise abrangente de género foram substancialmente reforçados através de um redesenho metodológico em fases, orientado para a produção de evidência acionável em 2026.

No âmbito da Janela 2, os progressos concentraram-se no reforço da arquitectura institucional necessária para uma acção coordenada e para o alinhamento do financiamento sectorial. Foram lançadas bases importantes para a revitalização dos mecanismos de coordenação do sector, através de um processo estruturado de co-criação entre o MEC e os parceiros, que resultou numa proposta de nova estrutura de grupos de trabalho alinhada às prioridades sectoriais, definidas em processo colaborativo e participativo entre o MEC e o LEG. Paralelamente, as actividades de reforço fiduciário foram deliberadamente sequenciadas de modo a assegurar o alinhamento com reformas nacionais de grande escala, em particular a reforma do sistema nacional de aquisições públicas apoiado pelo Banco Mundial. Em vez de propor-se avanços com recurso à sistemas concomitantes e até concorrentes, o Agente de Subvenção privilegiou uma abordagem de preparação analítica, alinhamento institucional e gestão informada de riscos, nomeadamente no desenho de uma solução transitória para a gestão de aquisições e na decisão de adiar revisões ao quadro operacional do FASE até à realização de uma avaliação abrangente dos riscos de GFP.

No âmbito da Janela 3, os progressos centraram–se, sobretudo, na criação das bases necessárias para o reforço de capacidades, aprendizagem e gestão adaptativa à escala. Embora várias actividades tenham registado atrasos, em particular aquelas dependentes de recrutamento técnico especializado ou afectadas por transições institucionais, foram realizados avanços significativos ao nível conceptual e preparatório em sistemas digitais integrados, incluindo a plataforma analítica integrada (ARAD) e os modelos de simulação do sector da educação. As primeiras acções de capacitação em competências digitais e uso de dados contribuíram igualmente para reforçar a prontidão institucional do MEC. Estes investimentos reflectem uma aposta institucionalmente consciente na sustentabilidade e coerência das reformas, criando condições mais favoráveis para a sua absorção e escalabilidade nos anos subsequentes.

Do ponto de vista do desempenho financeiro, a subvenção é classificada como moderadamente atrasada face ao cronograma. Esta avaliação resulta essencialmente da sub-execução associada à atrasos num conjunto limitado de actividades de elevado valor orçamental que permaneceram em fase preparatória durante o primeiro ano, incluindo a plataforma ARAD, diagnósticos estruturantes, a análise do SIGE, a solução transitória de aquisições e a avaliação de riscos de GFP. Conforme detalhado na nota explicativa sobre a execução orçamental, estes atrasos decorrem dos mesmos factores contextuais e de sequenciação que afectaram a implementação de forma mais ampla, não reflectindo reduções de escopo nem alterações de prioridades. Importa salientar que a sub-execução está concentrada em actividades cujos Termos de Referência se encontram finalizados ou em fase de aprovação e cuja implementação está prevista para 2026.

Em síntese, o primeiro ano de implementação do SCG reflecte um equilíbrio deliberado entre ritmo e qualidade. Embora a execução financeira tenha ficado aquém do inicialmente projectado, a subvenção

conseguiu estabelecer bases analíticas, institucionais e de coordenação sólidas, que reduzem riscos de implementação e aumentam a probabilidade de impacto real e sustentável. Com os principais trabalhos preparatórios concluídos, os processos de contratação em curso e os mecanismos institucionais mais estabilizados, a equipa do país encontra-se melhor posicionada para acelerar simultaneamente a implementação e a execução financeira no segundo ano da subvenção.

Olhando para o futuro, o Agente de Subvenção manifesta confiança de que as condições que condicionaram a implementação durante o primeiro ano, se encontram em grande medida ultrapassadas. Os factores externos e institucionais que contribuíram para os atrasos, nomeadamente as perturbações pós-eleitorais, a reorganização ministerial e as transições na liderança, estabilizaram, e a capacidade interna do projecto foi substancialmente reforçada, com praticamente todas as posições-chave da equipa preenchidas. Com os Termos de Referência definidos ou em fase final de validação, as decisões de sequenciação consolidadas e a equipa técnica plenamente operacional, a subvenção entra numa fase de implementação mais previsível e acelerada. Neste contexto, o Agente de Subvenção mantém um elevado grau de confiança quanto à probabilidade de concluir todas as actividades previstas no âmbito do SCG dentro do período da subvenção, assegurando simultaneamente a qualidade técnica, a apropriação institucional e o impacto sistémico esperados pelo LEG e pelo GPE.

Grant Implementation Progress, by Grant Window

Grant Window	Level of Progress this Reporting Period [2]	Previous Rating
Window 1: Strengthen gender-responsive planning and policy development for system-wide impact	Moderately Satisfactory (MS)	NA

Detailed Description:

Durante o Ano 1, os progressos no âmbito da Janela 1 centraram-se no estabelecimento das bases analíticas, institucionais e procedimentais necessárias para avançar com uma planificação do sector da educação mais equitativa e sensível ao género. Embora a implementação tenha sido afectada por constrangimentos contextuais e de capacidade ao longo do período de referência, conforme detalhado no Anexo 1 – Factores que afectaram a implementação no Ano 1 (PT), foram alcançados progressos significativos em várias áreas centrais de reforma que posicionam o sector para uma implementação acelerada em 2026.

Um foco central da Janela 1 foi o avanço das reformas de políticas associadas ao financiamento baseado em activadores no âmbito do STG. Conforme assumido na candidatura ao SCG, o MEC e o Agente de Subvenção priorizaram a aceleração destas reformas através de uma abordagem estruturada e sequenciada. Em Agosto de 2025, o MEC aprovou o desenvolvimento de um roteiro de reformas prioritárias, o qual foi finalizado durante um workshop dedicado em Setembro de 2025. O roteiro estabeleceu uma sequenciação clara do trabalho analítico, do envolvimento das partes interessadas e da preparação de políticas, e forneceu um quadro comum para a gestão das interdependências entre as diferentes áreas de reforma.

No âmbito deste quadro, os progressos concentraram-se em duas linhas prioritárias de reforma, o desenvolvimento de uma metodologia mais equitativa de alocação do ADE e da gestão estratégica do corpo docente, nomeamente, sua alocação, distribuição e retenção. Pontos focais dedicados do MEC foram designados para cada uma destas linhas, e o Agente de Subvenção mobilizou apoio técnico direccionado para reforçar a base de evidência que sustenta futuras decisões de política. O trabalho sobre a reforma do ADE avançou através da conceptualização, desenho e teste de um modelo algorítmico de alocação que incorpora um índice multidimensional de vulnerabilidade ao nível da escola (IVE), incluindo indicadores relevantes para a igualdade de género. Em paralelo, o trabalho analítico sobre a alocação, distribuição e retenção de professores gerou novos conhecimentos sobre padrões e tendências de mobilidade aos níveis nacional e subnacional, lançando as bases para um diálogo de políticas mais informado sobre a alocação, distribuição e retenção da força de trabalho docente. Após o encerramento do período de referência, um retiro conjunto realizado em Outubro de 2025 permitiu ao MEC, ao Agente de Subvenção e aos principais intervenientes consolidar os progressos e iniciar a elaboração da documentação de políticas necessária para a subsequente apreciação ministerial e para o desbloqueio do

financiamento do STG associado a activadores.

Complementarmente às reformas ligadas a activadores, avançaram os trabalhos preparatórios para uma análise abrangente de género, destinada a informar intervenções mais direccionadas e eficazes, sensíveis ao género, incluindo no âmbito do GEA. Embora a implementação desta actividade tenha sido adiada devido a desafios de recrutamento e a prioridades concorrentes durante o Ano 1, a abordagem foi refinada de modo a recuperar tempo e reforçar o foco operacional. A actividade foi reestruturada em fases, que permitirá inicialmente identificar distritos prioritários com base numa análise composta de vulnerabilidade (mantendo o mesmo princípio filosófico das intervenções anteriores – ADE Equitativo), seguida de análises quantitativas e qualitativas aprofundadas em locais seleccionados. Espera-se que esta abordagem produza evidência accionável sobre os factores estruturais que impulsionam as desigualdades de género, ao mesmo tempo que reforça a capacidade dos sistemas de planificação e monitoria do MEC para captar indicadores relevantes em matéria de género.

Outras actividades de diagnóstico no âmbito da Janela 1, incluindo trabalhos relacionados com a formação inicial e em serviço de professores e com estrangulamentos mais amplos de planificação e capacidade, registaram atrasos devido ao calendário de recrutamento de consultores e a transições institucionais. Estas actividades mantêm-se relevantes para os objectivos da Janela e estão previstas para iniciar assim que a expertise técnica necessária esteja assegurada.

De forma geral, embora a implementação no âmbito da Janela 1 tenha avançado a um ritmo mais lento do que o inicialmente previsto, em particular na primeira metade do ano, o trabalho analítico fundamental, o envolvimento institucional e a sequenciação das reformas alcançados durante o Ano 1, fornecem uma base sólida para uma execução acelerada em 2026. A equipa do país mantém-se confiante de que, com os arranjos institucionais estabilizados e a capacidade técnica reforçada, as actividades da Janela 1 irão produzir os impactos sistémicos e sensíveis ao género pretendidos, dentro dos prazos revistos.

Notas: Actualizações do progresso ao nível das actividades

Desenvolvimento de políticas de planeamento mais eficientes e equitativas para os fundos nacionais ("actividadores" para os fundos STG):
Esta actividade encontra-se em curso. No âmbito da candidatura ao SCG do GPE, o MEC assumiu o compromisso de acelerar reformas de políticas baseadas em evidência. Em agosto de 2025, o Agente de Subvenção propôs o desenvolvimento de um roteiro de reformas com o objectivo de apoiar a equipa do país no cumprimento atempado deste compromisso e salvaguardar o acesso aos fundos do GPE associados a activadores. O MEC aceitou a proposta, tendo sido organizado um workshop em setembro, durante o qual o roteiro foi finalizado. Como parte deste processo, o MEC designou pontos focais para duas áreas prioritárias de reforma: 1) O desenvolvimento de uma metodologia mais equitativa de alocação do ADE, e 2) Orientações sobre a alocação, distribuição e retenção de professores, com vista a uma melhor compreensão das tendências e à preparação de futuros debates de política. Para apoiar estas duas linhas de trabalho, o Agente de Subvenção contratou dois consultores para trabalharem de forma colaborativa com os pontos focais do MEC, prestando apoio analítico e técnico.

No âmbito da Área de Reforma 1, o consultor apoiou o MEC na facilitação de discussões técnicas e na tomada de decisões relativas à conceptualização do desenho de um índice de vulnerabilidade ao nível da escola, a ser utilizado num modelo algorítmico para a distribuição equitativa do ADE. O índice de vulnerabilidade agrega seis indicadores: pobreza multidimensional, distância da escola à capital distrital, taxa de analfabetismo ao nível do distrito, proporção de alunas no ensino primário, vulnerabilidade da escola a choques climáticos e dimensão total da população escolar. O consultor trabalhou com o MEC na recolha e organização dos dados utilizados no cálculo dos indicadores, no refinamento do algoritmo e na execução de uma série de cenários de alocação algorítmica utilizando diferentes configurações de ponderação dos seis indicadores. Estas simulações permitiram à equipa aperfeiçoar o algoritmo, avaliar os impactos dos diferentes cenários e orientar o MEC no sentido da aceitação desta abordagem algorítmica para uma alocação mais equitativa do ADE.

No âmbito da Área de Reforma 2, o Agente de Subvenção e o consultor colaboraram com o MEC no diagnóstico situacional do professor, a análise da crise sistémica tripla a nível da gestão estratégica do professor, com recurso à revisão de literatura, colecta de dados sobre percepções à vários níveis (central e local) e com vários intervenientes (MEC e parceiros do LEG), servindo-se da recolha, limpeza e análise de dados sobre a mobilidade docente aos níveis nacional e subnacional. Este exercício agregador de análises documentais e de dados provinientes de fontes adicionais, incluindo os padrões anuais

de mobilidade, entradas, saídas e movimentos líquidos de professores entre províncias e distritos, permitu ao MEC compreender os nós de constrangimento na gestão estratégica do corpo docente, considerando as três dimensões de análise, nomeadamente, a alocação, distribuição e retenção de professores.. A análise explorou igualmente se a variação na mobilidade docente e os desafios na retenção de professores se correlacionam com a introdução cronológica de reformas de políticas relevantes ao longo da última década, incluindo a implementação da TSU mais recentemente, . Estes resultados iniciais foram apresentados, debatidos e refinados durante o workshop de outubro, apoiando o MEC na identificação das hipóteses que justificam uma avaliação mais aprofundada, no futuro, sobre a avaliação do impacto real de reforma de políticas públicas no sector

Após o encerramento do período de referência, o MEC e o Agente de Subvenção realizaram um retiro em outubro de 2025 para rever os progressos em curso nas duas áreas de reforma e iniciar a elaboração da documentação de políticas a submeter posteriormente para apreciação e aprovação ao nível ministerial, com quadros de acções concretas contendo agendas de diálogo e respectivos termos de referência, assim como prazos concretos para sua operacionalização .

Com a realização do GCC-A, em Dezembro de 2025, e depois de vários encontros de trabalho técnico sob liderança do MEC, através da DIPLEC, foi possível submeter à apreciação dos dois documentos, tendo culminado com a sua aprovação unânime.

Estudo de género abrangente com propostas de reforma e plano de DC que recolha dados a nível decentralizado :
O MEC, com o apoio do Agente de Subvenção, encontra-se a preparar a contratação de uma análise abrangente de género com o objectivo de identificar os obstáculos e as disparidades que afectam o acesso, a participação, a permanência, a aprendizagem e o bem estar das raparigas no sistema de educação básica de Moçambique. Embora esta actividade estivesse prevista para iniciar mais cedo no ano, a sua implementação foi adiada principalmente devido ao processo mais prolongado do que o esperado para o recrutamento da especialista de género do Agente de Subvenção, responsável pela coordenação e o desenho da análise, bem como a prioridades concorrentes, incluindo o diálogo associado ao financiamento baseado em activadores. Estes factores, no seu conjunto, empurraram a actividade para além do período inicialmente previsto para o seu arranque. No entanto, após o encerramento do período de referência, os progressos aceleraram. Estão em curso discussões sobre as abordagens da análise com o MEC através da Direcção de Saúde Escolar e Assuntos Transversais. Foi iniciada a elaboração dos TdR, que serão socializados no grupo de trabalho em Fevereiro de 2026.

Com vista a melhorar a operacionalização e a recuperar o tempo perdido, a equipa reestruturou o trabalho em duas fases distintas. A Fase 1 irá mobilizar todas as fontes de dados disponíveis para identificar e selecionar aproximadamente 30 distritos prioritários com base em evidência de elevada vulnerabilidade, sendo exemplos ilustrativos de métricas propostas as elevadas taxas de abandono escolar de raparigas, gravidez na adolescência, uniões precoces e forçadas, marginalização rural, elevada proporção de crianças fora da escola, pobreza multidimensional infantil e vulnerabilidade climática. Numa primeira etapa, as classificações compostas e as pontuações normalizadas serão analisadas aos níveis provincial e distrital, após o que os distritos propostos serão cruzados com conhecimento contextual, incluindo a presença de iniciativas complementares de doadores, situações de instabilidade política e outras considerações locais, de modo a finalizar a seleção dos distritos prioritários. A Fase 2 consistirá na contratação de consultores especializados para a realização da análise abrangente de género, recolhendo dados quantitativos e qualitativos mais detalhados especificamente nos 30 distritos seleccionados. Esta abordagem direcionada permitirá aprofundar a compreensão dos factores estruturais, sociais, culturais e institucionais que impulsionam as desigualdades de género, ao mesmo tempo que avalia a eficácia das políticas, sistemas e mecanismos multissectoriais existentes, em particular os relacionados com a violência baseada no género, a gravidez na adolescência e o casamento precoce. A análise avaliará igualmente a capacidade dos sistemas de planificação e monitoria do MEC, incluindo o SIGE, para captar indicadores relevantes em matéria de género e recomendar melhorias alinhadas com a futura Diretiva de Género para a Educação Básica.

Os Termos de Referência estabelecem um cronograma de implementação acelerado, concebido para recuperar o tempo perdido e manter o dinamismo do processo. Até janeiro de 2026, todos os dados disponíveis serão organizados e compilados. O processo de seleção dos 30 distritos prioritários será concluído até ao final de fevereiro de 2026, permitindo o arranque imediato da Fase 2. A Fase 2 terá início com trabalho de campo em março de 2026, incluindo visitas provinciais e distritais, entrevistas com partes interessadas e grupos focais nos distritos seleccionados, seguindo se a elaboração do relatório preliminar de análise. Está prevista a realização de um workshop de validação com o LEG bem como duas rondas de revisões, culminando na finalização do relatório abrangente de análise de género até maio de 2026.

Diagnóstico e proposta de Reforma sobre a Formação inicial e continua de Professores:
Esta actividade encontra-se atrasada. Até ao momento, não foram registados progressos no diagnóstico devido a atrasos no processo de contratação da especialização técnica necessária. O recrutamento encontra-se ainda em curso, e o diagnóstico terá início assim que o consultor for contratado. Os prazos actualizados serão definidos após a conclusão do processo de recrutamento.

Diagnostico sobre estrangulamentos e necessidades de capacitação nas áreas do POEMA, e plano de apoio à planificação na TdM, PO, PdA, PdP:
Actividade prevista para implementação em 2026.

Grant Window	**Level of Progress this Reporting Period** [2]	**Previous Rating**
Window 2: Mobilize coordinated action and financing to enable transformative change	Moderately Satisfactory (MS)	NA

Detailed Description:
Durante o Ano 1, os progressos no âmbito da Janela 2 centraram-se no reforço da arquitectura institucional, fiduciária e de coordenação necessária para permitir um financiamento do sector da educação mais coerente, transparente e alinhado. Embora a implementação tenha sido afectada por constrangimentos contextuais e de sequenciação ao longo do período de referência, conforme detalhado no Anexo 1 – Factores que afectaram a implementação no Ano 1 (PT), foram lançadas bases importantes para apoiar uma coordenação mais eficaz e um diálogo mais estruturado sobre o financiamento nos anos subsequentes.
Uma área chave de progresso no âmbito da Janela 2 foi a revitalização dos mecanismos de coordenação do sector. Uma consultoria dedicada apoiou o MEC e o Agente de Subvenção no desenho de um processo estruturado de diálogo destinado a reavaliar as prioridades do sector, clarificar papéis e reforçar as modalidades de colaboração entre o MEC e os seus parceiros. Este processo foi implementado através de um workshop sequenciado de quatro dias realizado em Setembro de 2025, incluindo sessões internas do MEC, sessões exclusivas com parceiros e sessões conjuntas de deliberação. O processo resultou numa proposta de reestruturação dos grupos de trabalho, mas também num projecto de quadro de coordenação entre parceiros e na identificação de prioridades temáticas alinhadas aos principais documentos estratégicos sectoriais , incluindo o PEE e o Pacto de Parceria. Embora o novo mecanismo de coordenação ainda não se encontre plenamente operacionalizado, prevê-se que seja finalizado antes da RAR de abril de 2026, proporcionando uma plataforma mais robusta para a planificação conjunta, a monitoria e o diálogo sobre o financiamento.

O reforço fiduciário e a reforma dos processos de aquisições constituíram um segundo pilar central da Janela 2. Em resposta ao lançamento de uma reforma financiada pelo Banco Mundial para o desenvolvimento de uma plataforma electrónica nacional de aquisições públicas, chamada e-GP, acrónimo de e-Government Procurement, o Agente de Subvenção priorizou o alinhamento com a agenda nacional de reformas e a prevenção da criação de plataformas paralelas e, quiçá, concorrentes. O apoio no âmbito do SCG concentrou-se em trabalho analítico e preparatório, incluindo a identificação de um modelo de negócio e de especificações técnicas para a gestão dos processos de aquisição, que permitam assegurar uma supervisão fiduciária eficaz e, simultaneamente, manter a interoperabilidade com a futura plataforma electrónica nacional. Dada a ausência de um calendário confirmado para o sistema nacional, este trabalho incidiu deliberadamente na definição das funcionalidades essenciais, em particular aquelas necessárias para processos sujeitos à revisão prévia e emissão de Não Objeções, ao mesmo tempo que se identificaram explicitamente áreas de potencial sobreposição a serem absorvidas pelo e-GP. Esta abordagem visa assegurar a continuidade das garantias fiduciárias, minimizando simultaneamente duplicações, custos de infraestrutura e encargos de transação associados à ajuda externa.

Trabalhos complementares foram igualmente realizados para informar futuras reformas dos mecanismos fiduciários associados ao FASE. Revisões analíticas iniciais do Memorando de Entendimento do FASE, dos processos de elaboração do Plano Anual de Actividades (PdA), e dos instrumentos nacionais de gestão financeira confirmaram que os mecanismos existentes oferecem garantias de base suficientes para a continuidade da implementação. Ao mesmo tempo, foi acordado que uma avaliação abrangente dos riscos de Gestão de Finanças Públicas constitui um pré-requisito necessário antes de proceder à revisão do Memorando de Entendimento do FASE ou à finalização de um Manual de Procedimentos para o FASE. Esta sequenciação reflecte uma abordagem deliberada e informada pelo risco, assegurando que futuras revisões sejam fundamentadas num diagnóstico partilhado, em vez de avançarem de forma prematura.

Por fim, foi mantido o apoio contínuo à manutenção e melhoria da infraestrutura digital de coordenação e partilha de conhecimento do sector da educação. Embora o financiamento do GPE tenha assegurado a cobertura dos custos anuais de alojamento da plataforma sectorial existente, garantindo a sua continuidade, foram realizados trabalhos preparatórios para uma reformulação mais substancial destinada a transformar a plataforma num instrumento funcional de gestão do conhecimento e coordenação. A plataforma modernizada foi concebida para reforçar a transparência, facilitar a coordenação dos grupos de trabalho e permitir uma partilha mais sistemática de informação sectorial, recorrendo a soluções de baixo custo e baixa manutenção. Prevê-se que o novo sistema esteja operacional até abril de 2026.

De forma geral, embora várias actividades da Janela 2 tenham avançado a um ritmo mais lento do que o inicialmente previsto durante o Ano 1, o trabalho analítico, o alinhamento institucional e os processos de coordenação estabelecidos ao longo do período de referência fornecem uma base sólida para resultados mais tangíveis em 2026. Com arranjos institucionais mais claros, reformas nacionais em curso e mecanismos de coordenação reforçados, a equipa do país mantém-se confiante de que a Janela 2 irá contribuir de forma crescente para resultados de financiamento sectorial mais coerentes e transformadores.

Notas: Actualizações do progresso ao nível das actividades

Desenvolvimento de sistemas padronizados e digitais para documentação de processos de aquisição e plataforma de gestão das aquisições com repositório digital e físico:
Esta actividade encontra-se em curso. O Agente de Subvenção da GIZ contratou a EY para apoiar a identificação de um modelo de negócio e das especificações técnicas de uma solução digital de gestão de aquisições que permita ao Agente de Subvenção desempenhar de forma eficaz as suas funções de supervisão fiduciária, ao mesmo tempo que apoia o MEC no reforço da gestão e da documentação dos processos de aquisição através de um sistema de gestão documental melhorado e padronizado.

Em 2025, a nova administração do Governo da República de Moçambique lançou uma reforma abrangente do sistema nacional de aquisições, financiada pelo Banco Mundial, com o objectivo de desenvolver uma plataforma nacional de aquisições públicas electrónicas, e Government Procurement, e GP. À luz desta reforma, o Agente de Subvenção da GIZ instruiu a EY a envolver se ativamente com as instituições governamentais relevantes, de modo a assegurar que qualquer solução proposta estivesse alinhada com a agenda nacional de reformas, evitasse a duplicação de esforços e minimizasse o risco de desenvolvimento de sistemas paralelos ao nível sectorial.

No âmbito desta abordagem, a EY, com o apoio do Agente de Subvenção, iniciou consultas com instituições-chave, incluindo a Direcção Nacional do Património do Estado, DNPE, entidade responsável pela supervisão da reforma do e GP, bem como com outros intervenientes relevantes, com o objectivo de recolher informação sobre a arquitectura do sistema, os requisitos de integração e os calendários da reforma. À data da referência, a DNPE ainda não se encontrava em posição de fornecer um calendário claro para o desenvolvimento e a operacionalização da plataforma nacional de e GP. Neste contexto, o Agente de Subvenção da GIZ e a EY acordaram avançar com a identificação do modelo de negócio subjacente e das especificações técnicas necessárias para apoiar a supervisão fiduciária e a gestão dos processos de aquisição, assinalando explicitamente as áreas de potencial sobreposição funcional com a futura plataforma nacional de e GP.

O trabalho desenvolvido concentra se na definição das funcionalidades essenciais, consideradas indispensáveis, necessárias para apoiar processos de aquisição sujeitos a revisão prévia e à emissão de Não Objeções, bem como no mapeamento dos pontos de integração com os sistemas governamentais existentes. Isto inclui a identificação das funções que idealmente deverão ser absorvidas pela futura plataforma nacional de e GP e das funcionalidades transitórias necessárias para assegurar a continuidade da supervisão fiduciária e da transparência dos processos de aquisição durante o período de reforma.

Ao longo deste processo, o Agente de Subvenção e a EY têm priorizado a identificação de uma solução que maximize a integração com a reforma nacional do e GP, evite a duplicação de infraestruturas e minimize os custos de transação associados à ajuda externa. Está previsto um envolvimento técnico adicional com a DNPE para explorar opções de incorporação das funcionalidades propostas na arquitectura mais ampla do e GP. Uma abordagem desta natureza poderá gerar ganhos de eficiência e potenciais poupanças financeiras, que poderão ser reinvestidas no apoio à gestão da mudança e ao reforço de capacidades, contribuindo para o sucesso global da reforma nacional do sistema de aquisições.

Asistência técnica continua na área de GFP e articulação com o MF:
Actividade prevista para implementação em 2026.

Avaliação do Risco na GFP, Revisão do MdE do FASE, Manual de Procedimentos do FASE:
No âmbito desta actividade, a GIZ iniciou trabalho analítico preparatório para informar o reforço dos mecanismos de coordenação entre o MEC e os seus parceiros, incluindo a revisão do Memorando de Entendimento do FASE e a elaboração de um Manual de Procedimentos do FASE revisto. Como primeiro passo, a GIZ procedeu à análise de instrumentos-chave de gestão das finanças públicas que sustentam a utilização dos recursos do FASE e do GPE, nomeadamente: os mecanismos de desembolso previstos no MdE do FASE; o processo de elaboração do Plano de Actividades Anual, que rege a alocação dos fundos do FASE às prioridades anuais do sector; e o Manual Nacional de Gestão Financeira.

Com base nesta avaliação inicial, a GIZ analisou o momento e a viabilidade de lançar, em 2025, um diálogo mais amplo ao nível do sector sobre a governação do FASE e as reformas em matéria de GFP. Concluiu-se que iniciar esse diálogo nesse período teria sido prematuro e pouco produtivo, tendo em conta a reorganização institucional em curso do MINEDH para o MEC, a pressão operacional significativa associada à finalização do programa MozLearning financiado pelo Banco Mundial, a reestruturação dos mecanismos de diálogo sectorial após o reposicionamento do Banco Mundial fora do quadro do FASE, e a inexistência de uma avaliação abrangente dos riscos em GFP que pudesse sustentar discussões baseadas em evidência sobre medidas de mitigação de risco.

A análise concluiu que, apesar de existirem áreas passíveis de melhoria, o MdE do FASE em vigor estabelece um mecanismo de desembolso bem consolidado, que oferece garantias suficientes para a continuidade da execução de pagamentos. De igual modo, o processo de formulação do PdA foi considerado suficientemente robusto para assegurar uma alocação de recursos transparente, participativa e estratégica, e o Manual Nacional de Gestão Financeira foi considerado adequado para garantir salvaguardas de base na despesa pública, permitindo simultaneamente que os fundos do GPE sejam canalizados através dos sistemas governamentais sem introduzir custos adicionais de transação.

Neste contexto, acordou-se que uma avaliação aprofundada dos riscos em GFP constitui um passo prévio indispensável antes de proceder à revisão do MdE do FASE ou à finalização de um Manual de Procedimentos do FASE revisto. Esta avaliação permitirá dispor de uma base estruturada para identificar riscos prioritários, avaliar a eficácia das medidas de mitigação existentes e calibrar os mecanismos de controlo de forma a equilibrar a garantia fiduciária com a eficiência na prestação de serviços. A revisão do Manual de Procedimentos do FASE será, assim, realizada numa fase subsequente, informada pelos resultados da avaliação de riscos em GFP, em vez de ser apressada na ausência de um diagnóstico partilhado.

Melhoria do mecanismo de coordenação:
Esta actividade encontra-se em curso. Foi contratada uma consultoria para apoiar a melhoria do mecanismo de coordenação do sector da educação. Em conjunto com a consultoria, a equipa concebeu um processo de diálogo estruturado com vista a reforçar a coordenação entre o MEC e os seus parceiros. O processo foi desenhado em duas fases, a primeira consistindo numa série de workshops para discutir as prioridades do sector da educação e a futura estrutura de coordenação, e a segunda numa fase de seguimento destinada a consolidar e operacionalizar o quadro proposto.

A primeira fase, composta por um workshop de quatro dias, teve lugar no final de setembro de 2025. O primeiro dia centrou-se em discussões internas no MEC, o segundo dia foi dedicado ao diálogo entre os parceiros, e os dois dias finais reuniram ambos os grupos para deliberações conjuntas. Esta fase inicial resultou numa proposta de reestruturação dos grupos de trabalho (com a indicação de normativos para regular o seu funcionamento), num quadro preliminar de coordenação entre parceiros e na identificação de prioridades temáticas para orientar a colaboração ao longo dos próximos cinco anos, alinhadas com documentos estratégicos do sector, como o PEE e o Pacto de Parceria. Prevê-se que a nova estrutura de coordenação seja finalizada e esteja operacional até à próxima RAR, em abril de 2026. Uma vez estabelecida, contribuirá para o reforço da governação do sector e para a melhoria da eficácia global e do alinhamento das iniciativas apoiadas pelos parceiros de cooperação.

Taxa anual da plataforma da Troika 2026:
Esta actividade encontra-se em curso. O portal do sector da educação, desenvolvido antes do início do apoio do actual Agente de Subvenção do SCG, funciona como um site simples que permite aos parceiros do sector aceder a um repositório partilhado de ficheiros. Embora a plataforma tenha proporcionado capacidades básicas de partilha de informação entre o MEC e os parceiros do LEG, a sua

funcionalidade permanece limitada. No arranjo actual, o GPE financia os custos anuais de alojamento e manutenção necessários para manter este sistema legado em funcionamento.

Com base nesta fundação inicial, durante o primeiro ano do SCG, o Agente de Subvenção iniciou o planeamento de uma reformulação abrangente com o objectivo de transformar o portal num verdadeiro sistema de gestão do conhecimento para o sector da educação. A plataforma actualizada evoluirá de um repositório estático de ficheiros para uma ferramenta dinâmica de coordenação, que permitirá visualizar e acompanhar as reuniões dos grupos de trabalho, oferecer funcionalidades de partilha de ficheiros mais sofisticadas e com melhor governação, e integrar acesso direto a produtos de informação como boletins informativos, painéis de visualização baseados em dados públicos e outros produtos de conhecimento do sector.

Grant Window	**Level of Progress this Reporting Period** [2]	**Previous Rating**
Window 3: Strengthen capacity, adapt, and learn, to implement and drive results at scale	Moderately Satisfactory (MS)	NA

Detailed Description:
Durante o Ano 1, os progressos no âmbito da Janela 3 centraram-se na criação das bases institucionais, técnicas e de capacidade humana necessárias para reforçar a implementação, a aprendizagem e a gestão adaptativa à escala. Embora várias actividades tenham registado atrasos devido a decisões de sequenciação, prazos de recrutamento e às transições institucionais mais amplas descritas no Anexo 1 – Factores que afectaram a implementação no Ano 1 (PT), foram realizados trabalhos preparatórios importantes que permitem que o MEC desenvolva capacidades de modo mais sustentado e voltado ao reforço dos sistemas em 2026.

Uma área-chave de progresso no âmbito da Janela 3 foi o avanço do trabalho conceptual e preparatório relacionado com sistemas digitais e analíticos. Foram estabelecidas bases significativas para o desenvolvimento de uma plataforma integrada de análise do sector da educação, concebida como uma camada sistémica que permitirá ao MEC reunir dados de planificação, orçamentação, monitoria e execução num único ambiente analítico. Durante o período de referência, o desenho conceptual foi apresentado à DIPLEC e ao Grupo Nacional de Monitoria e Avaliação, e foram elaborados Termos de Referência detalhados para orientar o desenvolvimento do sistema, a sua institucionalização e a capacitação associada. Embora a implementação ainda não tenha sido iniciada, esta iniciativa representa um passo importante para o reforço da planificação baseada em evidência e da gestão adaptativa em todo o sector.

Avançaram igualmente os trabalhos preparatórios para o reforço da capacidade de modelação e simulação do sector da educação. Com base em discussões iniciadas anteriormente ao longo do ano, o MEC solicitou que o trabalho de simulação fosse alargado de modo a reflectir o mandato expandido do recém constituído Ministério da Educação e Cultura. Em resposta, o Agente de Subvenção apoiou consultas técnicas com parceiros nacionais e internacionais para explorar uma arquitectura de simulação modular, integrada e cofinanciada. Em paralelo, os Termos de Referência para o componente de simulação da educação básica apoiado pelo financiamento do GPE foram reforçados, de forma a assegurar robustez técnica e alinhamento com boas práticas regionais. Estes esforços lançam as bases para testes de cenários e análises de políticas mais eficazes assim que a implementação avançar.

As actividades de diagnóstico e de reforço de capacidades conduzidas pelo Agente de Subvenção progrediram a um ritmo mais lento do que o inicialmente previsto durante o primeiro ano de implementação do SCG. A revisão abrangente do Sistema de Informação de Gestão da Educação, SIGE, foi adiada devido a prazos alargados para o recrutamento de competências técnicas-chave, mas também a prioridades concorrentes associadas ás reformas ligadas aos activadores e às transições na liderança da DIPLEC. Ainda assim, no final do período de referência foram iniciados trabalhos preparatórios para definir o escopo da revisão do SIGE, estando a implementação agora prevista para meados de 2026. Outras actividades, como o apoio à institucionalização das avaliações nacionais, o reforço dos protocolos de supervisão distrital e a assistência contínua à planificação, foram intencionalmente sequenciadas para fases posteriores, de modo a assegurar complementaridade com iniciativas paralelas financiadas pelo Banco Mundial e evitar a duplicação de esforços.

O reforço de capacidades do pessoal do MEC, em particular em competências digitais e no uso de dados, avançou através de acções iniciais de formação e identificação de necessidades. Foi ministrada uma formação introdutória em ferramentas de gestão de dados, e as discussões com a DIPLEC informaram o desenho de um pacote estruturado de formações focado em soluções digitais de baixo custo e

sustentáveis para recolha de dados, análise, visualização e automatização de fluxos de trabalho. Embora a implementação plena destas formações esteja prevista para 2026, o trabalho preparatório realizado durante o Ano 1 estabelece um percurso claro para o reforço da capacidade institucional e para o apoio à aprendizagem contínua.

De forma geral, embora o ritmo de execução no âmbito da Janela 3 tenha sido mais lento do que o inicialmente antecipado durante o Ano 1, a ênfase no desenho de bases sólidas, na sequenciação adequada e no alinhamento institucional reflecte uma abordagem deliberada ao desenvolvimento de capacidades e ao reforço dos sistemas. Com os principais diagnósticos, plataformas e actividades de capacitação preparados ou calendarizados, a equipa do país encontra-se bem posicionada para acelerar a implementação em 2026 e traduzir estes investimentos numa melhoria da execução, da aprendizagem e dos resultados à escala.

Notas: Actualizações do progresso ao nível das actividades
Análise do SIGE:
Esta actividade sofreu atrasos e está agora prevista para iniciar no início de 2026. Embora estivesse originalmente planeada para implementação em 2025, o calendário foi ajustado devido a vários factores. O recrutamento do especialista em Monitoria, Avaliação e Aprendizagem do projecto demorou mais do que o inicialmente previsto, afectando a sequenciação de actividades técnicas que dependiam da sua liderança. Adicionalmente, durante este período, os esforços a nível nacional estiveram fortemente concentrados no avanço das reformas de políticas associadas aos activadores de financiamento, o que exigiu priorização tanto por parte do MEC como dos parceiros do sector. A transição de liderança na DIPLEC do MEC, na sequência da reestruturação institucional e de mudanças no quadro de pessoal, contribuiu igualmente para os atrasos no arranque da análise do SIGE.

Durante o último mês do Ano 1 do SCG, o Agente de Subvenção iniciou a elaboração dos Termos de Referência para a contratação de uma consultoria que irá conduzir uma revisão abrangente do actual SIGE. Esta revisão irá analisar os fluxos de dados existentes, a arquitectura tecnológica, o âmbito funcional, a infra-estrutura e os arranjos de governação. A avaliação resultará num conjunto de recomendações para um SIGE modernizado, capaz de apoiar as necessidades crescentes de monitoria, referência e planificação do sector da educação. O trabalho incluirá igualmente a definição detalhada de requisitos, desenvolvida em estreita colaboração com o MEC, de modo a assegurar o alinhamento com as prioridades institucionais e com os objectivos de transformação digital a longo prazo.

Perspectivando 2026, o trabalho do Agente de Subvenção poderá igualmente envolver uma articulação coordenada com outros parceiros activos no sector da educação. Tal reflecte um reconhecimento partilhado de que as actualizações do SIGE poderão ir além da educação básica e de que o sector beneficiaria significativamente de um único SIGE integrado para a educação, em vez de um conjunto de plataformas paralelas e fragmentadas que armazenam dados de forma separada e exigem administrações distintas. Um investimento coordenado neste sentido apoiaria um ecossistema de informação mais coerente, eficiente e sustentável para todo o sector da educação.

Apoio para a institucionalizacao da ANA:
Actividade prevista para implementação em 2026.

Apoiar os processos e protocolos de supervisão distrital:
Actividade prevista para implementação em 2026.

Reforçar a capacidade do MEC incluindo em matéria digital nas áreas de monitoria e avaliação:
Esta actividade encontra-se em curso. Como parte da fase inicial de reforço de capacidades, o Especialista em Gestão das Finanças Públicas ministrou formações aos quadros técnicos do MEC sobre a utilização do Excel para a gestão e análise de dados. Com base nesta fundação, o Agente de Subvenção iniciou, durante o Ano 1, discussões com a DIPLEC para identificar as competências digitais e tecnologias prioritárias nas quais a direcção pretendia reforçar capacidades. A partir desta primeira identificação de necessidades, o Agente de Subvenção começou a desenvolver os Termos de Referência para um pacote de formações centrado em soluções de baixo custo e de uso gratuito para recolha, gestão e análise de dados. Este conjunto de ferramentas tecnológicas, nomeadamente o ODK para recolha de dados direccionada, o Power BI para visualização, o R para análise estatística e automação, e modelos de linguagem de grande escala baseados em inteligência artificial para apoiar a aprendizagem

contínua e a eficiência dos fluxos de trabalho, foi seleccionado por ser amplamente utilizado em sistemas educativos a nível global, economicamente eficiente e bem alinhado com os objectivos de transformação digital de longo prazo do MEC.

As formações estão provisoriamente previstas para iniciar em Maio de 2026 e serão realizadas sob a forma de uma série semanal de sessões destinadas ao pessoal da DIPLEC, bem como a outros quadros com funções centradas em dados nas diferentes direcções e departamentos do MEC. Esta formação de base deverá ser complementada por aprendizagem prática contínua e apoio no dia a dia, de modo a garantir a adopção sustentada das competências adquiridas e a sua retenção ao longo do tempo. Para responder a esta necessidade, será providenciada assistência técnica contínua pelo Oficial de Gestão do Conhecimento, cuja contratação está prevista para o início de 2026, e que servirá como um recurso-chave para os quadros do MEC na aplicação e aprofundamento destas novas competências.

Aprimoramento do modelo de simulação do PO e capacitações:
Esta actividade encontra-se em curso. As discussões iniciais tiveram início em Janeiro de 2025 com o Director da DIPLEC e prosseguiram mais tarde no ano com o Director Adjunto da DIPLEC, tendo sido posteriormente submetidos ao MEC projectos de Termos de Referência. Na sequência da reorganização ministerial pós-eleitoral, que resultou na transição da DIPLAC para uma DIPLEC alargada com responsabilidade pela área de estatística, bem como na integração da formação técnico profissional, do ensino superior e da área da cultura no recém constituído Ministério da Educação e Cultura, o MEC solicitou em Agosto de 2025 que a actividade fosse alargada para apoiar uma abordagem mais integrada de simulação do sector da educação. Em resposta, o Agente de Subvenção da GIZ apoiou o MEC na exploração de como um quadro integrado desta natureza poderia ser desenvolvido através de apoios paralelos financiados por parceiros fora do âmbito do GPE. Este apoio incluiu a facilitação de consultas técnicas com o IIAP, a UNESCO e especialistas regionais em modelação do sector da educação, com vista a avaliar de que forma uma arquitectura de simulação padronizada poderia ser estabelecida, evitando duplicações e maximizando o uso de ferramentas regionais de simulação já existentes.

Em paralelo com esta visão revista, a equipa trabalhou no reforço dos Termos de Referência propostos para a componente de ensino básico apoiada pela subvenção do GPE, reflectindo uma abordagem técnica mais robusta, assente em trabalhos de modelação já realizados noutros países da região. A intenção é adaptar e alimentar estes modelos com pressupostos específicos de Moçambique, permitindo testes de cenários mais rápidos e fiáveis. O modelo de ensino básico irá incorporar os principais determinantes de custos, incluindo níveis de matrícula, taxas de conclusão e abandono, rácios aluno professor e aluno manual escolar, bem como custos unitários de professores, materiais de aprendizagem, infraestruturas e outros insumos, permitindo ao MEC testar múltiplos cenários de política e avaliar as respectivas implicações financeiras e operacionais.

O próximo passo será iniciar a coordenação em torno da recolha preliminar de dados e proceder à revisão dos modelos de simulação existentes para o ensino básico, com vista à extracção e validação de insumos para integração no quadro de simulação mais amplo e modular.

Plataforma digital (dashboard) para Planificação e Orçamentação, com ligação entre PdA, PdP e execução - ligado com relatórios financeiros e de desempenho:
Esta actividade encontra-se actualmente em curso. Foi desenvolvido um desenho conceptual para uma plataforma integrada de análise de dados do sector da educação, actualmente designada Advanced Results and Analysis Dashboard (ARAD), o qual foi apresentado à DIPLEC do MEC e ao Grupo Nacional de Monitoria e Avaliação nos meses de Julho e Agosto de 2025. A plataforma é concebida como uma camada analítica de sistemas que integra dados provenientes de múltiplas fontes de informação do sector da educação, permitindo ao MEC articular, num único ambiente coerente, informação para efeitos de planificação, orçamentação, monitoria e adaptação programática. Com base no feedback das partes interessadas, o Agente de Subvenção elaborou Termos de Referência detalhados que definem os requisitos técnicos para o desenvolvimento, implementação e institucionalização do sistema. Os Termos de Referência encontram-se actualmente em apreciação e aguardam validação pelo MEC e pelo LEG.

Providenciar Assistência técnica continua para planificação para trazer os resultados da execução - output do PdA - no novo ciclo:
Esta actividade está planeada para implementação em 2026. O seu calendário foi intencionalmente alinhado com a Subvenção de Capacitação do Sistema MozLearning, financiada pelo Banco Mundial, que se encontra actualmente a prestar assistência técnica e formação na mesma área temática. Em coordenação com a Troika e o LEG, foi acordado que o diagnóstico do MozLearning e as actividades associadas de reforço de capacidades deverão ser concluídos em primeiro lugar, de modo a garantir complementaridade, evitar a duplicação de esforços e proporcionar uma base analítica sólida para o apoio subsequente.

Após a conclusão das actividades do MozLearning, o Agente de Subvenção do GPE prestará assistência técnica e formação dirigidas ao reforço das capacidades de planificação a nível nacional e subnacional. Este apoio incidirá sobre a integração, por parte do MEC, dos resultados da execução do PdA, em particular a análise dos outputs do ciclo do PdA, no ciclo de planificação seguinte, reforçando assim a planificação anual baseada em evidência em todos os níveis do sistema educativo.

Lessons, innovative/promising practices

Os resultados, o impacto e as histórias das iniciativas inovadoras são esperados principalmente no segundo ano do SCG.

Impact stories

Os resultados, o impacto e as histórias das iniciativas inovadoras são esperados principalmente no segundo ano do SCG.

Tangible Outputs, Knowledge Products, Results Framework and other Supporting Documentation

#	File Name	Document Type	Description

The documents listed were submitted with the progress report. If you'd like access to them, please contact the grant operations officer for your country.

Financial Reporting & Grant Management

Financial Reporting on GPE Grant

Cumulative Financial Absorption Rate

Approved Budget to Date	Cumulative Expenditure	Cumulative Financial Absorption Rate	Level of Financial Absorption
3,050,540.64	301.36	0.01	Off Track

Since the financial absorption is not rated as 'on track', please provide an explanation that identifies the main activities that have been delayed and their corresponding unspent amounts, as well as reasons for the delay and steps taken to ensure that expenditure absorption gets on track in the next reporting period.

Ao longo de várias Janelas, um conjunto de actividades registou atrasos durante o Ano 1 e permaneceu em fase de preparação no encerramento do período de referência. Como resultado, uma porção significativa do orçamento aprovado ainda não se encontrava comprometido nem desembolsado. Estes atrasos são atribuíveis principalmente à factores contextuais e institucionais descritos no Anexo 1 – Factores que afectaram a implementação no Ano 1 (PT) e reflectidos nas narrativas ao nível das janelas, e não a alterações de escopo ou de prioridades. A síntese abaixo apresenta o estado das principais actividades atrasadas e as respetivas dotações orçamentais.

Janela 1: Plataforma digital (dashboard) para Planificação e Orçamentação, com ligação entre PdA, PdP e execução ligado com relatórios financeiros e de desempenho (ARAD).
O desenvolvimento do Advanced Results and Analysis Dashboard, ARAD, avançou ao longo da fase conceptual e de desenho durante o Ano 1. O conceito da plataforma foi finalizado e apresentado ao MEC e aos parceiros do sector em julho e agosto de 2025. No entanto, o lançamento do processo de contratação foi adiado, aguardando a concordância formal do MEC e do LEG relativamente aos Termos de Referência detalhados, os quais visam assegurar uma forte apropriação institucional e o alinhamento com prioridades mais amplas de transformação digital. A contratação deverá ser lançada após a obtenção

das respetivas aprovações. Estão alocados aproximadamente EUR 220.000 a esta actividade.

Janela 1: Diagnósticos nas 5 áreas prioritárias do Pacto.
Vários estudos de diagnóstico registaram atrasos durante o Ano 1, com destaque para a análise abrangente de género. Estes atrasos resultaram do processo mais longo do que o previsto para o recrutamento da especialista de género do Agente de Subvenção, bem como da priorização de processos de reforma de políticas associados aos activadores durante o período de referência. Os Termos de Referência para a análise de género encontram-se agora finalizados e em fase de revisão, estando o início da implementação previsto para o primeiro trimestre de 2026. Outros diagnósticos incluídos nesta actividade permanecem em fase preparatória, condicionados ao recrutamento de peritos técnicos especializados. Estão orçamentados aproximadamente EUR 280.000 para esta actividade.

Janela 1: Avaliação das necessidades de capacitação no POEMA.
Esta actividade foi intencionalmente sequenciada para implementação em 2026, de modo a assegurar coerência com outras iniciativas de planificação e desenvolvimento de capacidades, bem como para reflectir os calendários de transição institucional no seio do MEC. Estão alocados aproximadamente EUR 150.000.

Janela 2: Plataforma transitória de aquisições electrónicas.
Os trabalhos preparatórios para o desenvolvimento de uma solução transitória de aquisições públicas electrónicas avançaram durante o Ano 1, tendo a EY sido contratada em setembro de 2025 para desenvolver o modelo de negócio e as especificações técnicas. A implementação foi diferida para 2026, de modo a assegurar o alinhamento com a reforma do sistema nacional de aquisições públicas electrónicas apoiada pelo Banco Mundial, cujo calendário de operacionalização permanece incerto. Esta sequenciação reflecte um esforço deliberado para evitar duplicações e minimizar custos futuros de transação. Estão orçamentados aproximadamente EUR 400.000 para esta actividade.

Janela 2: Avaliação de riscos de Gestão de Finanças Públicas.
Esta actividade avançou na fase preparatória, incluindo a elaboração dos Termos de Referência e a realização de consultas com as partes interessadas. O processo de concurso para a contratação da consultoria executora encontra-se em curso, estando a implementação prevista para 2026. A sequenciação adoptada reflecte uma abordagem consensual no sentido de fundamentar eventuais revisões dos procedimentos relacionados com o FASE numa avaliação abrangente de riscos de GFP, em vez de avançar de forma prematura. Estão alocados aproximadamente EUR 150.000.

Janela 3H: Análise do Sistema de Informação de Gestão da Educação, SIGE.
A revisão do Sistema de Informação de Gestão da Educação foi adiada devido a uma combinação de factores, incluindo prazos alargados para o recrutamento do especialista em Monitoria, Avaliação e Aprendizagem, exigências concorrentes associadas a reformas ligadas a activadores, e transições na liderança da DIPLEC após a reorganização institucional. Os trabalhos preparatórios tiveram início no final do Ano 1, estando o arranque da implementação previsto para o primeiro trimestre de 2026. Estão alocados aproximadamente EUR 250.000.

De forma geral, as actividades atrasadas representam uma parte substancial da sub-execução observada durante o Ano 1. Estes atrasos reflectem sobretudo o tempo necessário para concluir os trabalhos preparatórios, assegurar aprovações institucionais e sequenciar adequadamente a implementação à luz de reformas mais amplas e de constrangimentos de capacidade. Com os principais Termos de Referência finalizados ou em fase de revisão e com os arranjos institucionais estabilizados, prevê se que a maioria destas actividades transite para a fase de implementação ativa em 2026, resultando numa aceleração correspondente da execução orçamental.

Budget Variance Analysis for the Current Reporting Period

Total Approved Budget for the Current Reporting Period
1,750,000

Total Expenditure for the Current Reporting Period
301,362.54

Explanation for underspending or overspending in excess of 10%

Management Performance

Level of management performance
Moderately Satisfactory (MS)

Detailed Description
Do ponto de vista da gestão e implementação, o Agente de Subvenção e o MEC demonstraram uma condução sólida da subvenção num contexto operacional desafiante. Conforme descrito no Anexo 1 – Factores que afectaram a implementação no Ano 1 (PT), a implementação ao longo do período em análise foi afectada por uma combinação de factores externos e institucionais, incluindo a instabilidade pós-eleitoral, a reorganização ministerial, mudanças na liderança e prioridades concorrentes associadas a reformas sistémicas de maior escala. Perante este contexto, a equipa adoptou uma abordagem de gestão pragmática e adaptativa, privilegiando a apropriação institucional, a robustez técnica e o alinhamento com reformas mais amplas do sector, em detrimento de uma execução acelerada. Esta abordagem reflecte-se claramente na forma como as actividades foram sequenciadas ao longo das três janelas e sustenta a classificação de moderadamente satisfatório atribuída à componente de gestão.

Em termos substantivos, a subvenção registou progressos relevantes em relação aos seus objectivos estratégicos, em particular no reforço das bases analíticas e de formulação de políticas necessárias para reformas de alcance sistémico. No âmbito da Janela 1, o MEC e o Agente de Subvenção avançaram com reformas de políticas associadas aos activadores do STG, através da elaboração de um roteiro estruturado de reformas e da mobilização de apoio técnico direccionado nas áreas da alocação equitativa do ADE e da gestão estratégica do corpo docente, envolvendo sua alocação, distribuição e retenção. O desenvolvimento e teste de um modelo algorítmico de alocação do ADE, incorporando um índice multidimensional de vulnerabilidade ao nível da escola (IVE) com indicadores sensíveis ao género, bem como a produção de nova evidência sobre padrões de mobilidade docente, constituem avanços concretos que posicionam o sector para o desbloqueio do financiamento baseado em activadores do STG. Em paralelo, os trabalhos preparatórios para uma análise abrangente de género foram substancialmente reforçados através de um redesenho metodológico em fases, orientado para a produção de evidência acionável em 2026.

Revisions to the grant

This period, have there been any revisions to the grant other than those submitted to the Secretariat for their approval?
No

How likely is that the grant agent will submit a request for revision to the Secretariat in the next 12 months for their approval?
Moderately Likely

Detailed Description
Conforme mencionado anteriormente, algumas actividades, como a substituição do sistema de gestão de aquisições actualmente utilizado pelo MEC, precisam ser alinhadas com esforços de reforma mais amplos, neste caso, a introducção de um sistema nacional de aquisições eletrónicas. Portanto, o âmbito desta atividade pode precisar ser adaptado, com fundos potencialmente disponíveis para serem transferidos para outra atividade.?

Annexes

Annex 1: List of Acronyms

Acronym	Description
ADE	Apoio Directo à Escola; subsídio operacional do MEC ao nível das escolas.
AI	Inteligência Artificial (Artificial Intelligence); ferramentas digitais utilizadas para automação, análise e apoio à aprendizagem.
ARAD	Advanced Results and Analysis Dashboard (nome do projecto); futura camada de sistemas analíticos que integra dados de planificação, orçamentação e monitoria.
BI	Business Intelligence; ferramentas analíticas para visualização de dados.
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças; centro de TI do governo que gere o e-SISTAFE e outros sistemas estatais.
DIPLEC	Direcção de Planificação, Estatísticas e Cooperação; direcção do MEC responsável pela planificação, estatísticas e coordenação.
DIPLAC	Antiga direcção de planificação e cooperação do MEC (antes da reestruturação de 2025).
DNEP	Direcção Nacional do Ensino Primário; Direcção Nacional do MEC para o Ensino Primário.
DNFP	Direcção Nacional de Formação de Professores; Direcção Nacional do MEC para a Formação de Professores.
DSEAT	Direcção de Saúde Escolar e Assuntos Transversais; direcção do MEC responsável pela saúde escolar, bem-estar e questões transversais como género, protecção e inclusão.
e-SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado; sistema nacional de gestão financeira de Moçambique.
EMIS	Education Management Information System (Sistema de Informação de Gestão da Educação); plataforma central de gestão de dados educativos (SIGE).
EY	Ernst & Young; empresa de consultoria contratada para trabalhos de e-procurement.
FASE	Fundo de Apoio ao Sector da Educação; mecanismo de financiamento conjunto para o sector da educação.
GA	Grant Agent (Agente de Subvenção); instituição (GIZ International Services) que gere as subvenções do GPE em Moçambique.
GEA	Girls' Education Accelerator (Acelerador da Educação para as Raparigas); linha de subvenção do GPE que apoia intervenções educativas transformadoras em matéria de género.
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit; agência implementadora e Grant Agent do GPE.
GPE	Global Partnership for Education (Parceria Global para a Educação); fundo global que apoia reformas do sector educativo em Moçambique.

GRM	Governo da República de Moçambique.
IIAP	Instituto Internacional de Planeamento Educacional (International Institute for Educational Planning).
IT	Tecnologia da Informação (Information Technology).
LEG	Local Education Group (Grupo Local de Educação); plataforma de coordenação sectorial para o governo e parceiros.
M&E	Monitoria e Avaliação (Monitoring and Evaluation).
MEC	Ministério da Educação e Cultura; Ministério da Educação e Cultura de Moçambique.
MPE	Módulo de Património do Estado; módulo de gestão de activos do Estado dentro do e-SISTAFE.
ODK	Open Data Kit; ferramenta de recolha de dados móvel utilizada para inquéritos e trabalho de campo.
OP	Plano Operacional; plano do MEC que define as actividades anuais.
PdA	Plano de Actividades; plano de actividades anual do MEC.
PFM	Public Financial Management (Gestão das Finanças Públicas); sistemas e processos que regem as finanças do sector público.
RAR	Reunião Anual de Revisão do Desempenho do Sector; revisão anual do desempenho do sector da educação.
SCG	System Capacity Grant (Subvenção para Capacidade do Sistema); subvenção do GPE que apoia o fortalecimento institucional do MEC.
SIGE	Sistema de Informação de Gestão da Educação; EMIS de Moçambique.
STG	System Transformation Grant (Subvenção para Transformação do Sistema); subvenção do GPE vinculada a financiamento baseado no desempenho.
STEP	Systematic Tracking of Exchanges in Procurement; plataforma de procurement do Banco Mundial.
TA	Assistência Técnica (Technical Assistance); apoio consultivo ou de capacitação.
ToR / ToRs	Termos de Referência (Terms of Reference); documentos que definem o âmbito e os produtos de consultorias.
TVET	Technical and Vocational Education and Training (Ensino Técnico e Formação Profissional).
TSU	Tabela Salarial Única; tabela salarial nacional unificada que afecta a mobilidade dos professores.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization).

1 Highly Unsatisfactory- The grant has major shortcomings or delays that limit or jeopardize the achievement of one or more outputs and a resolution is unlikely. Unsatisfactory - The grant has significant shortcomings or delays that limit or jeopardize the achievement of one or more outputs and a resolution is uncertain. Moderately Unsatisfactory - The grant has moderate shortcomings or delays that limit or

jeopardize the achievement of one or more outputs but a resolution is likely. Moderately Satisfactory - The grant is expected to achieve most of its major outputs efficiently with moderate shortcomings or delays. Satisfactory – The grant is expected to achieve almost all of its major outputs efficiently with only minor shortcomings or delays. Highly Satisfactory - The grant is expected to achieve or exceed all of the major outputs efficiently without significant shortcomings or delays.

2 Highly Unsatisfactory – The window has major shortcomings or delays that limit or jeopardize the achievement of one or more outputs and a resolution is unlikely. Unsatisfactory – The window has significant shortcomings or delays that limit or jeopardize the achievement of one or more outputs and a resolution is uncertain. Moderately Unsatisfactory – The window has moderate shortcomings or delays that limit or jeopardize the achievement of one or more outputs but a resolution is likely. Moderately Satisfactory – The window is expected to achieve most of its major outputs efficiently with moderate shortcomings. Satisfactory – The window is expected to achieve almost all of its major outputs efficiently with only minor shortcomings or delays. Highly Satisfactory – The window is expected to achieve or exceed all of the major outputs efficiently without significant shortcomings or delays.

3 tooltip